

Guia de Submissão e Elaboração de Painéis para o Pavilhão do Brasil na COP29

Mensagem Central: Caminhos para a Transformação Ecológica

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) publicam informações e orientações para a seleção dos painéis e demais eventos que comporão a programação oficial do Pavilhão Brasil na 29ª Conferência sobre Mudança do Clima (COP29) das Nações Unidas, que terá lugar em Baku, no Azerbaijão, entre os dias 11 e 22 de novembro.

Todos os anos, o Pavilhão Brasil reúne a comunidade brasileira e internacional em torno de painéis, atos culturais, exposições e celebração de atos relacionados às temáticas da Conferência, oferecendo um espaço de networking entre diferentes segmentos. Àqueles que não podem participar presencialmente, o governo disponibiliza transmissão ao vivo, segundo a hora local de Baku (UTC/GMT +4). Além disso, há tradução português/inglês, de forma a internacionalizar os debates.

O governo não se responsabiliza por custos ou procedimentos como os relativos à entrada no território, às passagens aéreas e às reservas de hospedagens.

1. Orientações Gerais

i) Onde está localizado o Pavilhão Brasil?

O Pavilhão Brasil fica localizado na Zona Azul, juntamente com Pavilhões de outros países e organizações, que são realizados sob o mesmo propósito. As atividades ocorrem em paralelo às negociações diplomáticas, localizadas em outro espaço.

ii) Como submeter propostas de painel?

As instituições interessadas em liderar a organização de um painel de debate no Pavilhão Brasil devem alinhar-se com as outras instituições parceiras previamente, a fim de apresentar uma proposta multissetorial e que contemple uma das temáticas do Pavilhão, segundo os critérios listados na seção 3 deste documento.

As propostas são recebidas por meio de formulário (clique [aqui](#) para acessar), disponível até as 23:59 de 30 de agosto de 2024. Para fins de consolidação apropriada da programação, não são aceitas propostas submetidas após a data limite.

O formulário coleta informações básicas, como as de área temática do painel, breve descrição de seu escopo, segmento ao qual o líder da proposta pertence e o nome da instituição. Além disso, é exigida a indicação nominal de um Coordenador de Painel, que, necessariamente, representa a instituição que lidera a proposta.

É de inteira responsabilidade da instituição que lidera a proposta de submissão realizar o painel, se assim aprovado, respondendo aos Comitê Técnico Organizador do Pavilhão e segundo as responsabilidades detalhadas na seção 2 do documento.

iii) Quem aprova as propostas de painel?

As propostas são analisadas pelo Comitê Técnico Organizador. Esse Comitê é liderado pelo MMA, pelo MRE e pela Apex, com o apoio de outras organizações.

Em 2024, essas demais organizações que compõem o Comitê estão sendo indicadas por diferentes instituições integrantes do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), principal órgão de governança climática do país, e pelos Conselhos Federais de Governo, a fim de representar a diversidade dos segmentos que se mobilizam em torno dos debates promovidos pelo Pavilhão.

Espera-se publicar o resultado da seleção de painéis no dia 13 de setembro de 2024.

iv) Por que existe um processo de aprovação de painéis?

À luz do crescente interesse dos diferentes segmentos brasileiros em participar das Conferências de Clima, nos últimos anos a demanda de propostas submetidas tem sido significativamente superior à capacidade física do Pavilhão. A isso adiciona-se a indicação da Presidência da COP29 de que os espaços disponibilizados para Pavilhões serão significativamente menores que os disponibilizados na COP28.

v) Como é o processo de aprovação de painéis?

Entendendo a importância de contemplar as demandas de participação dos brasileiros na diplomacia da sustentabilidade, o Comitê Técnico trabalhará com afinco para proceder à seleção, por meio dos critérios detalhados na seção 3.

Cada membro do Comitê Técnico ficará responsável por analisar as propostas lideradas pelo segmento que representa. Por exemplo, se uma proposta de painel for submetida por uma instituição da sociedade civil, a representante da sociedade civil no Comitê procederá à análise técnica, aplicando os critérios mencionados segundo as necessidades e especificidades de seu segmento.

Portanto, é de responsabilidade de cada membro do Comitê definir como os critérios comuns serão trabalhados durante a avaliação das propostas de seu segmento, em estreita e transparente comunicação com os pares proponentes de painéis.

vi) Fusões de propostas podem ser sugeridas por uma instância superior?

Considerando o volume de propostas, pode ser necessário que o Comitê Técnico proponha fusões entre propostas de instituições diferentes. As fusões seguirão critérios como os de similaridade temática e formato proposto. Nesses casos, o Comitê consultará os envolvidos, buscando a melhor alternativa possível.

Após a conclusão da fusão, é de responsabilidade das organizações que lideraram as propostas a articulação sobre a nova estrutura do painel, assim como o alcance do consenso sobre qual das instituições indicará um Coordenador de Painel, já que esse é um papel de representação única perante o Comitê.

vii) É possível solicitar que o painel ocorra em uma data específica?

Considerando que há membros da delegação brasileira que comparecem presencialmente a apenas parte da Conferência há um campo específico no questionário de submissão, a fim de consultar sobre as datas de preferência.

Todavia, nem sempre é possível atender às demandas, considerando o volume de propostas e que a programação é definida com base em grandes temáticas e por

segmento. Os líderes do Comitê Técnico comprometem-se a publicar a seleção final de painéis o quanto antes, de forma a auxiliar o planejamento de viagens.

vii) É possível submeter eventos em formatos diferentes dos painéis de debate?

Atos culturais, exposições e celebração de atos relacionados às temáticas da Conferência são exemplos de eventos que podem ser abrigados no Pavilhão Brasil. Há um espaço exclusivo no questionário para consultar sobre o interesse em formatos alternativos, com autonomia para que as instituições apresentem e justifiquem suas propostas. Todavia, devido à limitação do espaço e ao desconhecimento quanto às possibilidades de uso desse espaço - desafios já apresentados no item iv e viii - essas propostas podem não ser contempladas.

2. Responsabilidades dos Coordenadores de Painéis

Os Coordenadores de Painéis são representantes de instituições responsáveis pela organização dos painéis aprovados para a programação oficial do Pavilhão do Brasil.

Em outras palavras, qualquer instituição que lidere a submissão de uma proposta de painel para o Pavilhão Brasil deverá indicar, além do tema, formato e segmento ao qual o líder da proposta pertence, a pessoa responsável pela eventual gestão das preparações técnicas e logísticas. Note que esse ponto focal da instituição proponente pode participar ou não do painel, seja como moderador ou painelista.

Independentemente de haver uma acumulação dos papéis de Coordenador de Painel e participante do painel, é altamente recomendável que essa pessoa se planeje para atuar presencialmente em Baku, na Zona Azul. Isso porque o Coordenador do painel aprovado também garante a plena execução do painel no momento de sua ocorrência, em articulação com o Comitê Técnico.

Em suma, se a proposta for aprovada pelo Comitê Técnico, os Coordenadores de Painel nomeados liderarão as atividades que concernem o painel em duas etapas principais: antes e durante a COP. A descrição resumida segue abaixo:

Tabela 1: Responsabilidades dos Coordenadores de Painel	
Pré-COP	(i) detalhamento do escopo de cada painel, em alinhamento com parceiros; (ii) articulação da composição dos painelistas/moderador sob sua gestão; (iii) envio das informações ao Comitê Técnico (ex. nomes, cargos, mini-bios);
Durante a COP	(i) garantia da satisfatória participação de seus convidados, pela gestão de imprevistos (ex: cancelamentos de participação por um painelista), reuniões de alinhamento da dinâmica entre painelistas/moderador, envio prévio dos materiais a serem utilizados no painel (ex: slides, vídeos), dentre outros.
Pós-COP	(i) Avaliação da operação e dos resultados do Pavilhão, com o objetivo de informar os aprimoramentos para a COP30, que ocorrerá em Belém.

3. Critérios orientadores da seleção de painéis

A tabela abaixo detalha os critérios que deverão orientar as instituições interessadas em submeter propostas. Os critérios serão igualmente utilizados pelo Comitê Técnico na avaliação das propostas que comporão a grade oficial da Programação do Pavilhão, segundo os procedimentos mencionados no item v da Seção 1.

Além do mais, as propostas devem ter 1 moderador e de 4 a 5 painelistas. A opção de evento híbrido será aceita apenas quando houver necessidade e está restrita a uma pessoa participando remotamente no painel.

Tabela 2: Critérios orientadores da seleção de Painéis	
I. Pertinência temática	<p>As propostas devem demonstrar como serão promovidos diálogos plurais, críticos, propositivos e construtivos, orientados à solução de desafios para a transição ecológica do Brasil e do mundo.</p> <p>Também é primordial abordar temáticas relacionadas ao enfrentamento da mudança do clima e sobre como o Brasil poderá se apresentar, rumo à COP30, como um provedor de soluções climáticas.</p> <p>As narrativas devem ser orientadas pelas temáticas da seção 4, respondendo a perguntas como: onde estamos? Para onde queremos ir? Como podemos fazê-lo?</p>
II. Pluralidade da mesa	<p>Serão priorizadas as propostas que contemplem a participação de diferentes segmentos da sociedade brasileira (ex: governo, sociedade civil, setor privado, academia, movimentos sociais etc.), assim como diversidades outras, a exemplo das raciais e de gênero.</p>
III. Inserção internacional	<p>Será um diferencial a proposta de painel que considere o tema em âmbito internacional, incluindo por meio da participação de porta-vozes de países estrangeiros.</p>

4. Temáticas centrais do Pavilhão Brasil

O pavilhão brasileiro na COP 29 deverá promover discussões sobre a concretização de uma economia ecológica orientada pela transição justa, com respeito aos conhecimentos científicos e aos saberes brasileiros de convivência harmoniosa entre o homem e a natureza, incluindo as lentes de adaptação à mudança do clima.

Nesse sentido, há dois planos estruturantes para o país, que endereçam esses desafios rumo à COP30 e para além dela: O [Plano de Transformação Ecológica \(PTE\)](#) e o [Plano Clima](#), conduzidos pelo Ministério da Fazenda e pelo MMA, respectivamente. O primeiro foi lançado em setembro de 2023, enquanto o segundo está em processo de construção, com ampla participação social.

Portanto, os eixos do PTE serão usados como referenciais temáticos que dialogam com o Plano Clima e seus eixos de mitigação, adaptação e transversais, uma vez que tais instrumentos servirão como um guia da política climática brasileira até 2035.

Tabela 3: Temáticas centrais do Pavilhão, que deverão orientar as propostas	
1) Finanças sustentáveis	<p>O eixo compreende medidas fiscais, tributárias, creditícias, regulatórias e financeiras para incentivar a alocação de recursos públicos e privados em atividades sustentáveis, inovadoras e inclusivas, reduzindo riscos ambientais e climáticos. Tem por finalidade ampliar investimentos em atividades econômicas e soluções tecnológicas que abram caminho para o desenvolvimento sustentável. O objetivo é discutir como o Brasil pode se colocar na</p>

	<p>vanguarda do esforço de descarbonização da economia, em conjugação com investimentos em P&D e proteção dos PCTs.</p>
<p>2) Adensamento Tecnológico do Setor Produtivo</p>	<p>O eixo mandata a descarbonização por alternativas sustentáveis, que impactem as cadeias produtivas e gerem empregos verdes bem remunerados. Almeja-se discutir temas como o desenvolvimento de produtos com alto valor agregado, que impulsionem o crescimento econômico e a distribuição de renda, e a integração da academia com o setor produtivo. Recomposição dos recursos para P&D, fomento aos setores estratégicos à transformação ecológica e taxas competitivas para incentivar a inovação são outros exemplos de referência.</p>
<p>3) Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares</p>	<p>Ao contrário da maior parte do mundo, a principal fonte de emissões de GEE do Brasil não é o setor de energia, mas o desmate ilegal da floresta. Por isso, o desafio do PTE é criar soluções econômicas e tecnológicas para que as pessoas possam prosperar e, ao mesmo tempo, preservar os biomas em seu redor. Para isso, trataremos da agenda de bioeconomia de sistemas agroalimentares de forma ampla, discutindo soluções que possibilitem a geração de renda, com tecnologia e com a floresta de pé. Biotecnologia, agricultura familiar, ampliação de concessões florestais e unidades de conservação e incentivos às comunidades que preservam o meio ambiente são exemplos de discussões cabíveis no presente eixo.</p>
<p>4) Transição Energética</p>	<p>O Brasil tem cumprido papel de destaque no setor de energia limpa. As vocações do país são diversas, ensejando estímulos a produtos como o diesel verde, o etanol de segunda geração, o SAF e o hidrogênio de baixo carbono, além dos incentivos a energias renováveis como a solar e a eólica. Discussões sobre transportes e sobre os desafios relacionados ao uso de minerais na transição ecológica também territorializam discussões em cidades e municípios, ensejando debates multissetoriais e relacionadas a questões como as de transição justa e de racismo ambiental.</p>
<p>5) Economia Circular</p>	<p>O atual modelo de extração, processamento e descarte de materiais representa uma demanda excessiva por novos recursos naturais, além de gerar muito resíduos. O PTE tem como objetivo fomentar a circularidade no país e apresenta ações que promovem a reutilização, remanufatura, reciclagem e recuperação energética dos produtos, além do fim formal dos lixões no país. Temas conexos, como os de direito a saneamento básico e ao esgotamento também são aplicáveis.</p>
<p>6) Nova Infraestrutura Verde e Adaptação à Mudança do Clima</p>	<p>Mesmo que o nível de engajamento e de ações efetivas cheguem a níveis suficientes para mitigar o aquecimento global, parte dos efeitos das mudanças climáticas já são inevitáveis. Por esse motivo, é fundamental debater infraestruturas resilientes e a prevenção de desastres, com atenção às ações que lidam com fenômenos climáticos extremos, pois eles atingem de forma diferenciada as camadas mais vulneráveis da população. Uma gestão adequada desses riscos também abre novas oportunidades, como as de melhoria da qualidade do ar, de resiliência na agenda saúde e de geração de novas demandas e soluções, sobretudo no redesenho</p>

urbanístico. Para viabilizar esse processo, pretende-se mobilizar novas formas de financiar esses investimentos, como por meio de parcerias entre os setores público e privado, captações internacionais e parcerias interfederativas, promovendo a justiça climática no país.